

Entre agronegócio e agroecologia: questões acerca da “transferência de tecnologia” em um grande programa de desenvolvimento

**Between agribusiness and agroecology:
questions about "technology transfer" in a major development program**

Ângela Camana¹

Jalcione Almeida²

Resumo

Fruto de um acordo entre Brasil, Japão e Moçambique, o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) prevê ações “de desenvolvimento” em uma área com mais de 14 milhões de hectares, situada ao norte do país africano. Diante da escassez de informações e falta de transparência, o ProSAVANA tem sofrido severas críticas, envolvendo denúncias de usurpação de terras em prol do agronegócio internacional e a violação de direitos. Articuladas com associações brasileiras e japonesas, organizações moçambicanas têm se manifestado contra o programa e tornado público seu descontentamento com o modelo de desenvolvimento escolhido. Dentre as contrapropostas está a defesa da agroecologia, ideia e prática que estão longe do escopo do Programa. Assim, este texto tem como tema os atravessamentos entre o desenvolvimento e seus modelos produtivos em um contexto de conflito, assumindo como objeto as redes que produzem, sustentam e expressam o ProSAVANA em torno à questão da “transferência de técnicas/tecnologias”. O objetivo é discutir uma pressuposta posição ambígua do Brasil – e dos modelos técnicos por ele ofertados – diante deste programa de desenvolvimento que é apresentado no âmbito da “cooperação Sul-Sul”. A reflexão, que deriva de uma pesquisa em curso, é influenciada pelo referencial teórico da socioantropologia do desenvolvimento e dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), enquanto o percurso metodológico é inspirado em etnografias de projetos de desenvolvimento. O trabalho de campo foi realizado em Moçambique de janeiro a abril de 2018 e de fevereiro a março de 2017. Considerações preliminares indicam que a ideia de “transferência de técnicas/tecnologias” no ProSAVANA – expressas no agronegócio e na agroecologia – se rearranja quando de sua “exportação”.

Palavras-chave: ProSAVANA; Agronegócio; Agroecologia; Moçambique; Tecnologia.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Bolsista CAPES. Membro dos grupos de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS - www.ufrgs.br/temas) e Jornalismo Ambiental (<https://jornalismoemeioambiente.com>). E-mail: angela.camana@hotmail.com. Cidade: Porto Alegre

² Professor e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e de Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq. Coordenador do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS - www.ufrgs.br/temas). E-mail: jal@ufrgs.br. Cidade: Porto Alegre

Abstract

As a result of an agreement between Brazil, Japan and Mozambique, the Triangular Co-operation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique (ProSAVANA) provides for "development" actions in an area of more than 14 million hectares located in the north of the African country. Given the scarcity of information and lack of transparency, ProSAVANA has been severely criticized, involving allegations of usurpation of land in favor of international agribusiness and violation of rights. Articulated with Brazilian and Japanese associations, Mozambican organizations have demonstrated against the program and made public its dissatisfaction with the chosen development model. Among the counterproposals is the defense of agroecology, idea and practice that are far from the scope of the Program. Thus, this text has as its theme the crossing between development and its productive models in a context of conflict, assuming as object the networks that produce, sustain and express ProSAVANA around the issue of "technology transfer". The objective is to discuss a presupposed ambiguous position of Brazil - and the technical models offered by it - in the face of this development program that is presented in the context of "South-South cooperation". The reflection, which derives from an ongoing research, is influenced by the theoretical framework of socio-anthropology of development and Social Studies of Science and Technology (STS), while the methodological course is inspired by ethnographies of development projects. Fieldwork was carried out in Mozambique from January to April 2018 and from February to March 2017. Preliminary considerations indicate that the idea of "transfer of techniques / technologies" in ProSAVANA - expressed in agribusiness and agroecology - is rearranged when their "export".

Keywords: ProSAVANA; Agribusiness; Agroecology; Mozambique; Technology.

Introdução: o ProSAVANA e suas fricções³

Desde seu lançamento, realizado em 2009, o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) se vê envolvido em tensões variadas, que passam pelo questionamento à ausência de informações oficiais a seu respeito, que poderia indicar interesses escusos, a denúncias graves de usurpação de terras (*land grabbing*) em prol do agronegócio internacional. Se aceitarmos encarar a criação e implementação do Programa como uma situação-problema, claro está que a questão parece longe do fim: de tempos em tempos surgem novas informações que colocam em xeque ora a sua continuidade, ora o modelo produtivo que ele propõe⁴. Parece-nos interessante notar que,

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Uma primeira versão desta reflexão foi apresentada oralmente durante a 6ª Conferência Internacional da Iniciativa BRICS para Estudos Agrários Críticos (BICAS), realizada em Brasília, em novembro de 2018.

⁴ Estas questões vêm sendo observadas no escopo de um trabalho de tese (em andamento) da primeira autora, que, a partir da Antropologia da Natureza e dos Estudos Sociais de Ciência de

assim como são múltiplos os *conflitos* que o cercam, este programa também faz emergir redes heterogêneas e concorrentes de *cooperação*: para além da cooperação com vistas a promovê-lo, também se tecem e fortalecem redes de apoio da sociedade civil organizada, a fim de oferecer resistência ao ProSAVANA. É sobre este caráter ambíguo do programa – que permite associações tão (aparentemente) diversas, as quais, por vezes, se friccionam – que este texto se debruça.

Em linhas gerais, o ProSAVANA é um grande acordo de cooperação entre três países (Moçambique, Brasil e Japão), cada qual com aportes específicos face às ações do Programa: a *expertise* tecnocientífica agrícola é brasileira, o maior volume do financiamento é japonês e a terra é moçambicana. Com projetos previstos para implementação em 20 anos, prorrogáveis, o Programa abrangerá uma área de 14 milhões de hectares ao norte de Moçambique conhecida por Corredor de Nacala, um corredor logístico que atravessa três províncias (Niassa, Nampula e Zambézia) até chegar ao Oceano Índico. É interessante notar, ainda, que o ProSAVANA costuma ser narrado – inclusive por interlocutores a ele vinculados – como um programa de “cooperação Sul-Sul”, a despeito (dentre outras questões) da participação proeminente do Japão, que vem sendo apontado pela sociedade civil contrária ao Programa como o principal interessado em seu sucesso⁵. Neste trabalho não nos deteremos nesta problematização, de forma que nos interessa a “relação Sul-Sul” que se estabelece entre moçambicanos e brasileiros, seja para promover ou para resistir ao ProSAVANA, assumindo que ambos os países compõem o “Sul global” – o que de forma alguma elimina as assimetrias entre eles.

Tecnologia, se debruça especialmente sobre a produção do espaço e os deslocamentos do que se concebe como natureza no âmbito do ProSAVANA.

⁵ Diversas entidades, sobretudo aquelas que se opõem formalmente ao ProSAVANA, levantam suspeitas acerca dos interesses japoneses na região do Corredor de Nacala. De acordo com documentos obtidos por nós junto ao de organismo japonês de cooperação, de fato o país possui diversos projetos em áreas como agricultura, mineração e infraestruturas, os quais podem se entrelaçar em momentos vindouros. É este emaranhado de programas desenvolvimentistas e a pouca informação disponível sobre eles que causa temor aos interlocutores moçambicanos ouvidos no âmbito de nossa pesquisa.

As investigações realizadas acerca do Programa, baseadas em documentos e entrevistas, têm indicado o caráter modernizante do ProSAVANA, forjado no bojo dos valores dos modelos ideológico e produtivo do agronegócio internacional, sobretudo o brasileiro (FUNADA-CLASSEN, 2013; MOSCA; BRUNA, 2015; CAMANA, 2017, entre outros). À esta percepção somam-se inquietações provocadas por entrevistas e conversas com agentes contrários ao Programa quando do trabalho de campo em Moçambique: neste, repetidas vezes interlocutores mencionam a experiência brasileira de agroecologia como referência de maneira possível de enfrentar modelos de desenvolvimento modernizantes como os colocados pelo ProSAVANA. Assim, ainda que não se deseje aqui reificar uma tese de dualismo estrutural, assumimos que o agronegócio e a agroecologia “à brasileira” se encontram nos discursos que circundam este programa de cooperação.

Este texto, portanto, foca nos atravessamentos entre o desenvolvimento e seus modelos produtivos em um contexto de conflito, assumindo como objeto as redes que produzem e sustentam o ProSAVANA e aquilo que os agentes (humanos ou não) que as compõem expressam em torno à questão da “transferência de técnicas/tecnologias” por parte do Brasil. O objetivo deste texto é, portanto, discutir a posição, por vezes ambígua, do Brasil – e dos modelos técnicos por ele ofertados – diante deste programa de desenvolvimento, o qual se apresenta na esfera da “cooperação Sul-Sul”. Ressalte-se que, para esta reflexão, interpreta-se como “Brasil” não apenas as ações promovidas pelo Estado e seus representantes oficiais, mas também as contribuições de agentes (sujeitos, entidades e, especialmente, movimentos sociais) que, no âmbito do ProSAVANA, falam e produzem conhecimento desde o Brasil. Ou seja, o Brasil é – desde o princípio – uma rede complexa e composta por agentes heterogêneos, os quais forjam alianças e envolvem-se em disputas diversas pelos sentidos do desenvolvimento no que tange à agricultura.

Ainda que no horizonte de interesses da pesquisa em andamento estejam as relações que se forjam e se alteram entre sociedades e

naturezas, registra-se que neste texto ensaiamos encarar as duas formas de produção agrícola mencionadas, a saber o agronegócio e a agroecologia, como modelos, sobretudo, técnicos/tecnológicos. Para tanto, na investigação em curso, dialoga-se com o referencial teórico da socioantropologia do desenvolvimento e com os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), principalmente a partir de suas contribuições metodológicas. Ainda que aqui não se proponham relações explícitas com esta literatura, é a partir dela que as reflexões emergiram, sobretudo por suas contribuições acerca de temas como técnica/tecnologia e suas implicações para a relação (e purificação) entre sociedade e natureza. Os tensionamentos e inferências aqui apontados partem da identificação das relações que são travadas entre agentes (sujeitos, instituições, documentos, elementos de natureza etc.) que produzem e sustentam o ProSAVANA, as quais vêm sendo recompostas a partir de um trabalho de pesquisa de campo multissituado. Com inspiração em etnografias de projetos de desenvolvimento (CESARINO, 2014; MORAWSKA-VIANNA, 2014; MOSSE, 2005), o percurso metodológico envolve entrevistas, observação e pesquisa documental, tendo sido realizado em Moçambique entre janeiro e abril de 2018 e entre fevereiro e março de 2017⁶. Neste texto, em especial, nos debruçamos principalmente sobre documentos e entrevistas, incluindo os relatórios oficiais do ProSAVANA e comunicados das organizações que oferecem resistência a ele.

Visto que a reflexão empreendida busca identificar a maneira como as categorias agronegócio e agroecologia, a partir de técnicas e tecnologias apresentadas/narradas como brasileiras, “chegam” à agenda moçambicana de desenvolvimento no ProSAVANA, a seção a seguir é dedicada à apresentação destes termos e seus sentidos, considerando-os não apenas como uma forma de cultivar, mas também como maneiras distintas (e concorrentes) de apreender o mundo e produzir sentidos sobre ele. Feita esta breve apresentação, as seções

⁶ Entrevistas com interlocutores brasileiros ligados ao Programa foram realizadas em 2018, mas não foram incluídas neste primeiro exercício analítico.

subsequentes buscam descrever o ProSAVANA e parte das questões que o cercam para, com isso, averiguar como as fricções entre os modelos colocados pelo agronegócio e pela agroecologia instauram disputas e/ou alianças em torno ao Programa em Moçambique, em composição com entidades brasileiras.

Das ambiguidades: o agronegócio e a agroecologia “à brasileira”

Em 2016, em uma atividade a respeito da cooperação brasileira com países africanos no que tange à agricultura e alimentação, perguntou-se a um painalista a respeito das tensões em torno ao ProSAVANA. À época, ainda não havia sido realizado o trabalho de campo em Moçambique e as raras informações disponíveis eram acessadas por meio da imprensa. O conferencista, um diplomata de carreira, deu uma longa resposta, finalizando com uma frase que nos parece significativa: “Bom, nós exportamos as nossas contradições. Não tem jeito.” Desta frase breve, várias coisas poderiam ser exploradas: desde o *não tem jeito*, que pode revelar uma espécie de “imperativo de desenvolvimento”, o qual aparece em outros momentos da investigação, assim como está presente na literatura especializada; a ideia de *nossas contradições*, na qual fica implícita uma ambiguidade que seria própria, *nossa*, sobretudo brasileira; e, enfim, a ideia de que *exportamos*, isto é, de que a cooperação envolve a transferência de tecnologias, de modelos...; uma exportação que se narra ou se pretende como uma transposição técnica e política. É esta última compreensão que será explorada neste texto.

De fato, a configuração agrária do Brasil é múltipla e heterogênea – daí talvez as “contradições” apontadas pelo painalista acima em 2016. Aliás, algo neste sentido se repetiu nos anos subsequentes nas vozes de outros agentes e em outros contextos: em Moçambique, já em 2018, ouvimos de uma interlocutora vinculada a uma entidade de caráter ambientalista que ela desejava que o Brasil “exportasse a EMBRAPA⁷ boa”⁸, referindo-se às pesquisas com

⁷ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

sementes locais e formas de cultivo não necessariamente voltadas à comercialização em larga escala. Aliás, a própria estrutura da EMBRAPA permite que se identifiquem diferentes composições: é desde esta instituição que surgem amplas referências no que tange à agricultura *comodificada*, mas também técnicas inovadoras no âmbito da agroecologia ou da agricultura de conservação⁹. Isto é, uma *mesma* instituição (ainda que ramificada) é responsável por distintos produtos, práticas e processos agrícolas – que ora se confrontam, ora se atravessam. Em nossa leitura, não se trata, necessariamente, de uma estrutura dual, mas de arranjos institucionais que comportam a possibilidade de diferença.

Esta aparente dualidade da experiência brasileira é encontrada não só nesta empresa agrícola, mas é reforçada em contraposições como agronegócio *versus* agroecologia, pequenos *versus* grandes agricultores etc., o que produz reverberações desde a condução ambígua das políticas públicas à agenda de pesquisa em desenvolvimento rural no país (SCHNEIDER, 2010). Ainda que não seja de nosso interesse reificar esta divisão que, em linhas gerais, se coloca a partir da forma de produzir mais orientada ao mercado (ou à exportação) ou mais ao consumo próprio (ou interno), percebemos que, no caso específico do ProSAVANA, a agricultura brasileira (e as contribuições “técnicas/tecnológicas” que ela pode dar) partem justamente do binômio agronegócio *versus* agroecologia. Assim, ainda que acreditemos nas possibilidades de fricção e na multiplicidade de composições que embaralham ou mesmo escapam a estas categorias, será a partir delas que tomaremos a questão – sobretudo porque é a partir delas que o campo nos interpela.

Visto que não é objetivo desta reflexão descrever ou problematizar a evolução da estrutura agrária nacional¹⁰, resta-nos

⁸ Entrevista realizada em Maputo, em março de 2018.

⁹ Agricultura de conservação é um termo empregado em Moçambique para denominar um conjunto de práticas de cultivo com vistas à sustentabilidade social e da natureza.

¹⁰ Sobre o assunto, ver, entre outros, Delgado (2012).

dizer apenas que o agronegócio¹¹ será aqui entendido como uma forma de produção agrícola sustentada por um determinado sistema industrial, em geral marcada pela concentração fundiária e pelo cultivo altamente tecnificado de *commodities* agrícolas com vistas prioritariamente à exportação. O caso talvez mais exemplar seja o do cultivo de soja, que envolve uma proliferação de agentes e atinge múltiplas escalas: as sementes, em geral, são geneticamente modificadas e adquiridas de conglomerados multinacionais, bem como os fertilizantes ou as máquinas, necessários à produção e muitas vezes adquiridos a partir de financiamentos estatais, cujo principal destino é a China. A soja, aliás, foi um dos mais alvitrados cultivos por parte da iniciativa privada quando do lançamento do ProSAVANA, na expectativa de reproduzir em solo moçambicano a experiência de (mono)cultivo tida como caso de sucesso brasileiro. No Brasil, a soja é o principal cultivo comercial, batendo recordes quase anuais de produtividade e exportação¹². Para além das discussões acerca da necessidade crescente de tecnologia neste sistema de produção, também é importante notar a exigência de extensas áreas de monocultivo, o que implica no agravamento da concentração fundiária no país.

Ainda que estes dados não se restrinjam à atividade agrícola, o Brasil possui atualmente 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira (SANTOS; GLASS, 2018), um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab da Esalq/USP, 28% destas terras privadas têm tamanho superior a 15 módulos fiscais. Nesse sentido, é interessante notar, ainda, que a concentração de terras é mais acentuada no Centro-Oeste brasileiro, onde cada propriedade rural tem em média 339 hectares: a média brasileira é de 79 hectares (SANTOS;

¹¹ Também compreendemos que a própria definição de agronegócio está em disputa. Sobre o assunto, ver, entre outros, Heredia, Palmeira e Leite (2010).

¹² Notícias celebrando ou projetando safras recordistas têm sido comuns na imprensa brasileira, alimentadas por índices desenvolvidos por entidades do setor agrícola. Um exemplo é a notícia publicada pelo Globo Rural “Conab prevê safra recorde em 2018/19, com soja e milho liderando”, disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2018/10/14/conab-preve-safra-recorde-em-201819-com-soja-e-milho-liderando.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GLASS, 2018) e a média moçambicana de 1,5 hectares (ROSSI, 2015). Assim, os latifúndios brasileiros constituiriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km² se formassem um país (SANTOS; GLASS, 2018, p. 14). Diante deste cenário, ressaltamos que a história recente (e as políticas públicas que nos conduziram até aqui) privilegiaram produtos determinados – principalmente os exportáveis, como é o caso da soja e do milho. Se, conforme alerta Delgado (2012), a economia de *commodities* opera pelo monopólio da natureza e seus elementos – podemos considerar quem no Brasil, isso verifica-se, sobretudo, na posse da terra.

Sabendo que a produção de *commodities* com vistas à exportação é marcada pela concentração fundiária, este é um dos principais temores dos camponeses¹³ e organizações contrárias ao ProSAVANA em Moçambique: o que vai acontecer com aqueles que hoje ocupam o Corredor de Nacala? Eles serão removidos de suas terras? Estas são algumas das questões que as cartas abertas da sociedade civil colocam, assim como é um temor presente em diversas entrevistas conduzidas. Ainda neste sentido, é importante registrar que a terra em Moçambique tem um estatuto diferente do brasileiro, visto que não é considerada propriedade privada, mas sim do Estado (MOÇAMBIQUE, 2004). Ao privilegiar um modelo produtivo que sabidamente demanda largas extensões territoriais, embaralhando interesses públicos e privados, o ProSAVANA se vê envolto em acusações de *land grabbing*

É em parte pela oposição à centralização da propriedade nas mãos de poucos que surge a agroecologia, ideal produtivo - e ideológico - que tensiona o modelo proposto tradicionalmente pelo agronegócio. De forma ampla, esta discussão adentra as agendas dos movimentos sociais e sindicais rurais, que percebem na agroecologia não só uma maneira de produzir alimentos mais saudáveis, pois livres de venenos, como também mais justos, pois inseridos em relações de trabalho e produção tidas como mais corretas:

¹³ Assumimos *camponês* como termo êmico, sem remeter à ampla discussão teórica sobre tal conceito.

A proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a outra forma de desenvolvimento. Ela tem-se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos "modelos" camponês e indígena (ALMEIDA, 2003, p. 501).

Em que pesem as disputas pela definição do termo, assim como pelas práticas que podem ser consideradas como (mais ou menos) agroecológicas¹⁴, aqui nos interessa refletir especialmente acerca do caráter contestatório que a agroecologia assume em um contexto marcado pelo modelo ideológico-produtivo do agronegócio, isto é, no fato de que ela pode ser entendida como outra forma de desenvolvimento. No entanto, também a agroecologia inclui um rol – ainda que bastante específico – de técnicas e tecnologias, como, por exemplo, o intercâmbio de sementes crioulas e o uso de biofertilizantes. De certo modo, no caso do ProSAVANA, as duas redes de agentes circunscrevem o Programa, mobilizando discursos concorrentes sobre desenvolvimento e ambiente, quais sejam, os modelos colocados pelo agronegócio e pela agroecologia. Mas quando estas técnicas/tecnologias atravessam o oceano, ao “transferi-las”, o que é produzido nas e pelas redes que as sustentam?

Até aqui, abordamos brevemente as temáticas do agronegócio e da agroecologia no Brasil. Claro está que ambos os termos, pensados sempre na articulação das práticas produtivas que os envolvem e dos sistemas de ideias que trazem em si (isto é, os mundos que podem compor), são alvo de disputas entre coletividades e interesses distintos. Isto fica patente na análise de políticas públicas brasileiras recentes, algo que vem sendo explorado por diversos pesquisadores¹⁵. Há, portanto, um meio rural marcado por diferenças, as quais se traduzem em diferentes movimentos, demandas e conflitos. O que nos parece interessante é notar o quanto esta dinâmica dual, tão própria do Brasil, transborda as fronteiras nacionais, retomando a frase que abre esta seção, “Nós exportamos nossas contradições”. Assim, na seção a seguir, explora-se a maneira como agronegócio e agroecologia – ou, pelo menos,

¹⁴ Sobre o assunto, ver, entre outros, Almeida (2003); Niederle, Almeida e Vezzani (2013).

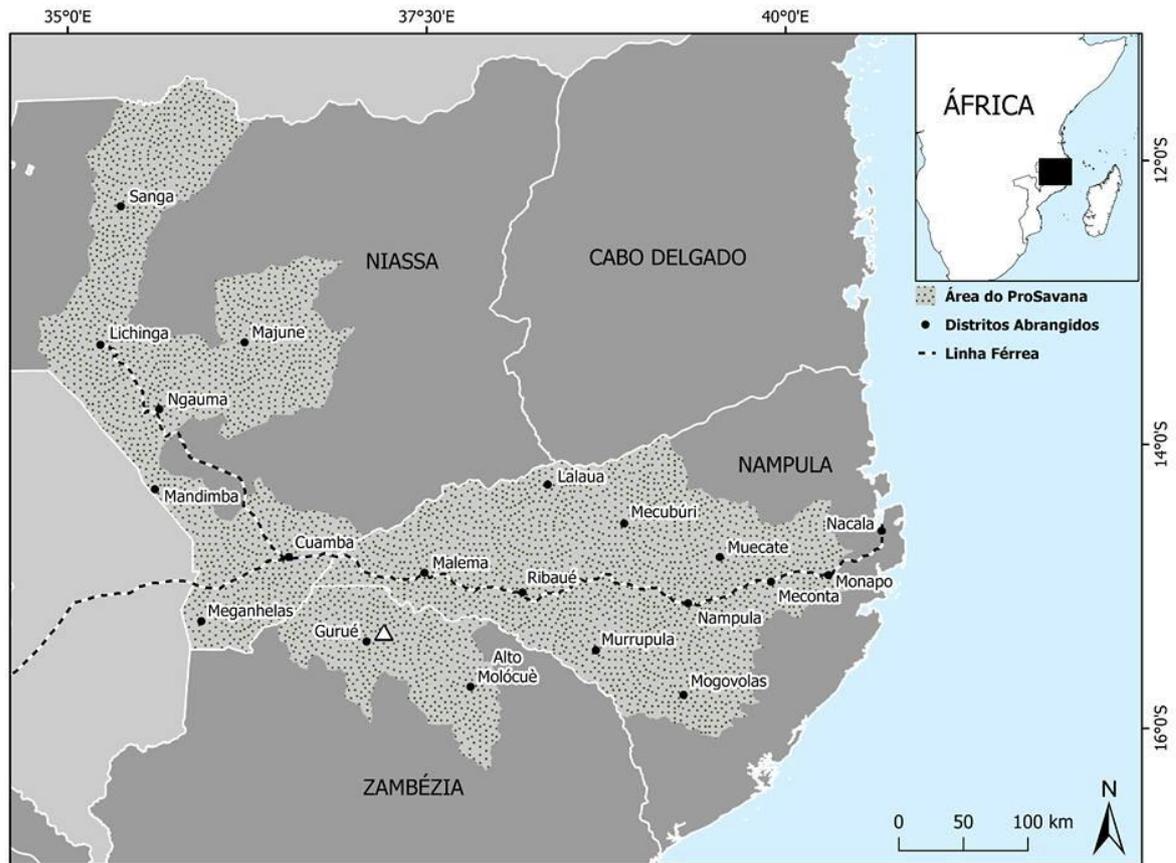
¹⁵ Sobre o assunto, ver Grisa e Schneider (2015), sobretudo o capítulo de autoria de Bernardo Mançano Fernandes (2015). Neste livro dedicado às políticas públicas para desenvolvimento rural é possível perceber que estas não são homogêneas, mas fruto de tensões e negociações.

os discursos sobre eles – chegam à Moçambique, especialmente por meio das disputas engendradas no ProSAVANA.

Propor o ProSAVANA: o discurso do agronegócio

O ProSAVANA prevê ações em uma área com cerca de 14 milhões de hectares, o Corredor de Nacala, situado ao norte do país africano. Trata-se de um corredor logístico que abrange três províncias: Niassa, Nampula e Zambézia, conectadas por uma linha férrea que inicia na província de Tete e atravessa o país vizinho, o Malauí. Ao fim dos 912 km de ferrovia está o Porto de Nacala, um porto de águas profundas recentemente renovado – inclusive com vistas à exportação de grãos que seria impulsionada pelo ProSAVANA. Ao longo deste percurso estão 20 distritos importantes para o Programa, os quais receberão ações em alguma de suas fases. A Figura 1 a seguir apresenta a região.

Figura 1 – Corredor de Nacala e área de abrangência do ProSAVANA



Fonte: elaboração própria.

Estima-se que neste território vivam atualmente quatro milhões de pessoas, a maioria camponeses que praticam agricultura no sistema de pousio, com o uso de enxadas de cabo curto – diferentemente, portanto, dos modelos tecnológicos que o Programa visa implantar. Os sujeitos que lá vivem e trabalham alegadamente serão absorvidos por um sistema de contratos temporários na ambicionada agricultura de larga escala proposta inicialmente pelo ProSAVANA.

Com extenso horizonte de implementação e prevendo diversas fases e componentes, o Programa é amplamente inspirado em outro de mesmo tipo, o Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER), desenvolvido no cerrado brasileiro a partir da década de 1970. Estima-se que este programa (re)ocupou cerca de 345 mil hectares (SALAZAR PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014), tendo contribuído para a consolidação do modelo produtivo que hoje predomina na região, qual seja, grandes áreas com vistas à exportação de *commodities* agrícolas. De fato, já em 2009, no

Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique, documento que funda o ProSAVANA, esta semelhança é colocada em evidência:

O Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Brasileiros, iniciado na década de 1970, implementou por cerca de 20 anos projetos de Cooperação Técnica e de Cooperação Financeira, contribuindo enormemente não só para o desenvolvimento do interior do Brasil mas, também, para equilibrar a oferta e procura de alimento a nível global através do aumento da produção de alimentos. Por meio do desenvolvimento agrícola dos cerrados, o Brasil detém hoje vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento agrícola sustentável em zonas de savanas tropicais. (...) [Um estudo conjunto] constatou que há muitos pontos de semelhança entre o Cerrado Brasileiro e a Savana Tropical de Moçambique e que existem muitos exemplos de técnicas agrícolas que podem lhes servir de referência (ABC, 2009, p. 2).

A inspiração se dá na forma de concepção da cooperação, que envolve capital público e privado, além de estar dividida em componentes que incluem pesquisa e extensão agrícola. O Programa, especificamente, conta com três grandes eixos, os quais dividem-se em diversas ações: ProSAVANA-PI, componente de pesquisa e transferência de tecnologia agrícola; o ProSAVANA-PD, no qual se confeccionou um diagnóstico da região e um plano de ações; e o ProSAVANA-PEM, no âmbito do qual são elaborados projetos de extensão e modelos-piloto de produção e comercialização, em várias escalas.

Em função da alegada *expertise* técnica que detém, no ProSAVANA-PI o Brasil é responsável sobretudo pela transferência de tecnologia, papel que inicialmente foi cumprido por meio da EMBRAPA, a qual recentemente se retirou do Programa¹⁶. Nesta etapa do programa resultou a construção de um Laboratório de Análise de Solos e Plantas, com sede no distrito de Nampula, capital da província de mesmo nome, assim como da Estação Agrária de Lichinga, capital provincial de Niassa. Também neste componente ocorreram inúmeras atividades de

¹⁶ Conforme entrevistas realizadas com gestores da EMBRAPA, entre outubro e novembro de 2018, atualmente este componente é operado pela Universidade Federal de Viçosa.

intercâmbio entre pesquisadores, promovendo investigações conjuntas especialmente em parceria com o Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique (IIAM).

Já o ProSAVANA-PD talvez seja o mais controverso dos componentes, tendo sido alvo de inúmeras críticas da sociedade civil e mesmo de investigações acadêmicas (CAMANA, 2017; MOSCA; BRUNA, 2015). O Brasil está fortemente associado a este pilar do Programa, visto que a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) foi a responsável por sua primeira elaboração – a qual foi financiada majoritariamente por fundos japoneses. Após a divulgação de relatórios iniciais bastante problemáticos (FUNADA-CLASSEN, 2013), em março de 2015, foi lançado o Plano Diretor – Versão Zero, que se pretende uma versão renovada, tendo em vista as severas críticas dirigidas às versões anteriores (ainda que não oficiais). Em entrevistas realizadas com membros de movimentos sociais moçambicanos contrários ao ProSAVANA, percebeu-se que há uma espécie de consenso de que o programa mudou seu discurso, a fim de se esquivar das acusações que vem sofrendo, sobretudo as que o acusam de *land grabbing* em prol do agronegócio internacional. “Eles veem o Corredor de Nacala como *machamba*¹⁷ para o japonês, como *machamba* para os grandes fazendeiros brasileiros”, disse certo interlocutor vinculado à campanha “Não ao ProSAVANA!”¹⁸. Os interlocutores, ainda, argumentam que se trata de uma mudança meramente discursiva, pois as práticas que o ProSAVANA promove seguiriam a cartilha anterior.

Análises do “novo” Plano Diretor (a Versão Zero) indicam que a proeminência do modelo do agronegócio persiste. Conforme análise de Mosca e Bruna (2015, p. 33-34),

Em síntese, encontra-se uma perfeita concordância entre o modelo de desenvolvimento assente em: agronegócio por subcontratação – transformação estrutural rápida - Estado “leve” – não existência de uma instituição de desenvolvimento regional do Corredor – défices democráticos e diferenciação

¹⁷ *Machamba* é a forma como são chamadas, em Moçambique, as áreas onde se pratica a agricultura, normalmente em pequena escala, pouco tecnificada e com produção para a subsistência.

¹⁸ Entrevista realizada em fevereiro de 2017, em Maputo.

social e possível exclusão social alargada. O ProSAVANA, tal como é apresentado no PD-Versão zero, apresenta sintonias com a filosofia e concepção de desenvolvimento refletidas nos documentos do MASA: intensificação da agricultura, agricultores emergentes, produção em média/grande escala, cadeias de valor e investimento estrangeiro. Também não existe incoerência com a hipótese dos dois países parceiros poderem possuir estratégias de longo prazo de reserva de territórios e de água doce considerando os investimentos complementares na indústria extrativa, de transformação, de energia, em infraestruturas e na agricultura integrada no agronegócio internacional.

Essa percepção é semelhante à análise realizada por nós em outra ocasião (CAMANA, 2017), quando avaliamos o Plano Diretor – Versão Zero (MOÇAMBIQUE, 2015) e obtivemos a nuvem de palavras exibida na Figura 2 que segue.

Figura 2– Nuvem de palavras: termos recorrentes no Plano Diretor – Versão Zero do ProSAVANA



Fonte: elaboração própria, com auxílio do software NVivo® 11.

Na figura acima estão as palavras que mais se repetem ao longo das mais de 200 páginas do Plano Diretor, chamando a atenção os termos “desenvolvimento” e “produtores”: em geral, estes estão ligados às formas de produção promovidas pelo agronegócio. Também a ideia de escala e extensão remetem a este sistema de cultivo, que demanda um

rearranjo das formas de produção atual no que diz respeito aos produtos e à proporção de terras e recursos empregados, que aumentam substancialmente com vistas à maior produtividade (termo também presente na nuvem de frequência de palavras). Esta, aliás, é perseguida com o emprego de novas técnicas e tecnologias, como expressam termos como “irrigação”, “sementes”, “serviços”.

Além disso, com a demanda por terras e o emprego de novos recursos o próprio sistema agrário se modifica, no sentido em que produz novas relações sociais. Com o aumento da concentração fundiária e uso de máquinas agrícolas e outras tecnologias, há alterarem-se as possibilidades daqueles que habitam a área – quiçá outrora proprietários da terra em questão. Nesse contexto, é notório o uso de mão de obra sazonal (para a época do plantio, por exemplo), expressa pela agricultura de contrato – termo também presente na nuvem apresentada. Este formato de produção – e de se pensar e compor o mundo – é observado no processo de modernização da agricultura no Brasil, que dá origem ao estado atual do agronegócio (DELGADO, 2012).

Quando do PRODECER, programa que inspira o ProSAVANA, situações semelhantes podem ser observadas. Conforme Salazar Pessoa e Inocêncio (2014, p. 14), “com a implementação do PRODECER, veículo criado e ‘motorizado’ pela fusão capital/Estado, os ‘hábitos’ de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados, bem como foi acentuado o processo de expropriação do pequeno produtor rural”. Em nossa análise, é justamente o receio de que esteja em curso um processo de “repetição” da experiência de modernização brasileira, cujo ápice é o agronegócio, que coloca em cena outro termo/prática: a agroecologia.

Resistir ao ProSAVANA: pensar com a agroecologia

Diante da escassez de informações e falta de transparência, o ProSAVANA tem sofrido severas críticas, que envolvem denúncias de usurpação de terras em prol do agronegócio internacional e violação de direitos humanos. Em função de processo movido pela Ordem dos

Advogados de Moçambique (OAM), no dia 28 de setembro de 2018 o governo moçambicano, por meio do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), foi condenado pelo Tribunal Administrativo da Cidade de Maputo a fornecer informações acerca do Programa¹⁹. Conforme exige o acórdão, obriga-se o Estado

a disponibilizar ao público, em geral, a informação de interesse público relativa à organização, funcionamento e decisões passíveis de interferir na esfera dos direitos e liberdades dos cidadãos, particularmente os relativos à terra, segurança alimentar e nutricional das comunidades abrangidas pelo ProSavana (OAM, 2018).

O receio de perda de terras, aliás, é permanente quando o assunto é o ProSAVANA. Nas comunidades visitadas, este temor sempre foi mencionado por interlocutores: “a verdade é que com o ProSAVANA nós vamos perder terra”, ouvimos em março de 2017 de um camponês na província de Nampula. Quando o reencontramos, em fevereiro de 2018, o receio permanecia, aumentado por relatos de vários camponeses da região norte que haviam sido deslocados de suas terras em função de grandes empreendimentos agrícolas – os quais, à exceção de um, não têm vínculo formal com o ProSAVANA. Como já mencionado, a terra em Moçambique não tem caráter privado²⁰, sendo então propriedade do Estado. Ainda que o direito de uso da terra por aquelas comunidades que nela vivam esteja assegurado, o país prevê em sua constituição a possibilidade de desalojamentos face ao seu “fim social ou econômico” (MOÇAMBIQUE, 2004). Para algumas das organizações e camponeses por nós ouvidos, essa possibilidade de expropriação torna instáveis as suas existências frente a programas de grande porte como o ProSAVANA. Ou seja, o Estado poderia ele próprio ser considerado um agente do *land grabbing*, o que é endossado por alguns autores:

E enquanto os camponeses não conseguem demonstrar um uso efetivo das ‘terras comunitárias’, que em alguns casos atingem mais de cem mil hectares, na ótica de alguns

¹⁹ A condenação foi amplamente celebrada pela sociedade civil moçambicana e divulgada nas redes sociais e também em veículos de imprensa. É possível ler a respeito no jornal *online* Deutsche Welle: <<https://www.dw.com/pt-002/governo-mo%C3%A7ambicano-obrigado-a-divulgar-informa%C3%A7%C3%A3o-sobre-prosavana/a-45656010>>. Acesso em: 11 out. 2018.

²⁰ Sobre este assunto, sugerimos ver Mandamule (2015); Serra e Carrilho (2013).

dirigentes e políticos, é justificável entregar estas terras aos interesses econômicos que têm uma maior capacidade de as cultivar. (TANNER, 2013, p. 130- 131).

Assim, a organização jurídica estabelecida faz aumentarem as denúncias e o temor da prática de *land grabbing* no que tange ao ProSAVANA. Esta afirmativa encontra ecos e perspectivas como as de Tanner (2013) e Zoomers (2013), as quais indicam o equívoco da tradução desta prática como “saque de terras”, visto que em diversas ocasiões a apropriação não é ilegal, mas sim incentivada (inclusive do ponto de vista formal) pelos Estados “afetados” por meio de acordos e projetos de desenvolvimento.

A falta de informações oficiais, ainda que tenha rendido um julgamento pró-sociedade civil apenas em 2018, parece ser a tônica deste Programa. Em 2012, empreendedores ligados ao agronegócio brasileiro manifestaram em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo o interesse em investir em território moçambicano: as terras seriam “de graça”, de acordo com um representante do setor. Foi, aliás, a partir desta notícia que nós, pesquisadores, ficamos sabendo a respeito do ProSAVANA – curiosamente o mesmo aconteceu com grande parte de nossos interlocutores moçambicanos: “Foi um problema de comunicação propositado”, argumentou um entrevistado vinculado a movimentos sociais de Nampula (entrevista realizada em fevereiro de 2018). Ainda que tomar conhecimento de um programa desta magnitude pelas páginas de um jornal estrangeiro seja problemático, foi a partir daí que organizações moçambicanas estabeleceram e/ou intensificaram seus contatos com instituições internacionais: era necessário compreender melhor o cenário que se apresentava.

Através dessas notícias, os titulares de direito oficialmente designados nos objetivos do Programa – os pequenos e médios agricultores do Corredor de Nacala – tomaram conhecimento do Programa, o que gerou um movimento de desconfiança que culminou com o lançamento da campanha Não ao ProSavana!, em junho de 2014 (SANTARELLI, 2016, p. 90).

Dessa forma, organizações da sociedade civil moçambicana, articuladas com movimentos sociais brasileiros e japoneses, têm se manifestado contra o Programa e encontrado maneiras diversas de

tornar público seu descontentamento com o modelo de desenvolvimento proposto. A mais ampla delas provavelmente é a referida campanha “Não ao ProSAVANA!”, que reúne inúmeras entidades e assumiu uma postura de não diálogo com os promotores do Programa.

Além da campanha, que lança regularmente comunicados de imprensa e materiais de divulgação (como vídeos), destacam-se as “Conferências Triangulares dos Povos”, cúpulas que reúnem entidades dos três países cooperantes para reafirmar sua negação ao ProSAVANA:

Em 2014 e 2015 essas organizações da campanha “Não ao ProSAVANA!” organizaram duas conferências triangulares, a conferência triangular dos povos. É um espaço aberto em que eram convidados o Japão, Moçambique e o Brasil para, juntamente com as organizações e com as pessoas, discutirem o compromisso, as responsabilidades e o tipo de agricultura que pretendem. (Entrevista com membro da campanha “Não ao ProSAVANA”, Maputo, março de 2017).

Tais conferências permitem que se forje uma rede ampla de apoiadores da campanha e da própria resistência ao Programa, que conta com diversas entidades brasileiras, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros. Em 24 e 25 de outubro de 2017 realizou-se em Maputo a terceira cúpula, da qual resultou um documento coletivo que reitera a posição contrária ao ProSAVANA. Nele, lê-se:

Face às constatações acima referidas, nós, os povos de Moçambique, Brasil e Japão presentes nesta Conferência demandamos e denunciemos: *rejeitamos o modelo de desenvolvimento excludente e discriminatório baseado no agronegócio que nos é imposto*, por entender que este modelo tem como base a expansão e acumulação de capital por parte dos grandes investidores e assenta-se na produção de lucro e não no bem-estar dos povos. (CONFERÊNCIA TRIANGULAR DOS POVOS, 2017 [grifos acrescidos]).

Neste sentido, propomos compreender as Conferências Triangulares, assim como as atividades de intercâmbio de informações que delas derivam, como momentos de grande articulação da resistência ao Programa. Noutras palavras, sugerimos que o que se coloca é também um tipo de cooperação (inclusive técnica), que emerge justamente do conflito no qual o agronegócio faz parte. Esta percepção

se sustenta na análise dos próprios documentos produzidos nesta articulação, como o resultante da última Conferência Triangular dos Povos (2017): “Enquanto povos continuaremos a lutar em defesa dos bens comuns, a estabelecer alianças de solidariedade com povos de outras nações, e a debater coletivamente as alternativas ao modelo de desenvolvimento imposto”. Assim, ainda que a cooperação entre os Estados venha apresentando tensões e dilemas, as organizações que se opõem ao ProSAVANA têm se articulado e tentado mostrar aos países que a cooperação Sul-Sul é possível, pelo menos do ponto de vista dos movimentos sociais.

Pelo exposto, parece interessante observar que, deste lado, há uma recusa não apenas ao ProSAVANA, mas ao modelo que ele oferece: o agronegócio. Assim, dentre os argumentos mobilizados, especialmente por parte de associações camponesas, está a defesa da agroecologia, ideia e prática que estão longe do escopo do ProSAVANA. Em que pesem algumas menções rápidas à sustentabilidade, não há nada que indique práticas agroecológicas no Plano Diretor do Programa.

“O agronegócio não é a solução. (...) Não são esses produtos que acabam com a fome [referindo-se a *commodities* como a soja]”, ouvimos em entrevista realizada em Maputo com um membro de uma instituição contrária ao ProSAVANA. Entretanto, os variados interlocutores ouvidos em Maputo e ao longo do Corredor de Nacala eram unânimes ao dizer que a agricultura como está tem problemas: os ciclos das sementes são demasiado longos, não há sistemas de irrigação, o acesso aos mercados é complicado e os preços não recompensam o camponês²¹. Em entidades de classe, como a UNAC (União Nacional dos Camponeses) e as UPCs (União Provincial dos Camponeses) de Nampula e da Zambézia, e entre organizações vinculadas à campanha “Não ao ProSAVANA”, para além deste diagnóstico, há uma solução proposta: a adoção e incremento da agroecologia ou, noutros termos, da *agricultura de conservação*.

²¹ Note-se que todos estes problemas citados são abarcados pelo ProSAVANA de algum modo pela via do modelo do agronegócio: alta tecnificação, com mercados conectados em cadeias curtas e longas etc.

A argumentação em geral passa pela experiência brasileira, a qual, ainda que em permanente disputa e contradição, é tida por interlocutores moçambicanos como exitosa no que tange às agriculturas de base ecológica. Aliás, quando do período de trabalho de campo, nas sedes da UNAC e de algumas outras instituições notou-se a presença de alguns exemplares de materiais de divulgação dos princípios agroecológicos, os quais são produzidos por entidades brasileiras que colocam em pauta, dentre outros temas, a preservação das sementes crioulas e o perigo dos organismos geneticamente modificados.

Santarelli (2016), em seu trabalho de tese que explora as controvérsias em torno ao ProSAVANA, também identifica esta conexão entre agroecologia e os movimentos que promovem resistência ao ProSAVANA. Retomando a discussão proposta por Cabral *et al.* (2016) sobre as narrativas acerca da categoria “agricultura familiar” no continente africano, três delas são as principais, sendo a terceira

a dos que defendem o conceito de agricultura familiar camponesa, associada às agendas da agroecologia e da soberania alimentar. Essa última narrativa, promovida no Brasil principalmente pelo Movimento Sem Terra – MST, e internacionalmente pela Via Campesina, é a que encontra ressonância com a campanha *Não ao ProSavana!* e apresenta uma visão crítica à adoção de tecnologias modernas (SANTARELLI, 2016, p. 192).

É notável, portanto, que a matriz do Programa, o agronegócio, bem como a forma de resistência encontrada, a agroecologia, sejam, modelos de cultivo e, ao mesmo tempo, de produção de sentidos que chegam em Moçambique, no formato brasileiro, por meio da atuação de instituições brasileiras no projeto.

Algumas considerações finais

Neste texto, discutiu-se algumas tensões e possibilidades que se colocam a partir do lançamento do ProSAVANA, especialmente no que diz respeito aos modelos produtivos e ideológicos do agronegócio e da agroecologia “à brasileira”, amplamente mobilizados por sujeitos e documentos que promovem e/ou antagonizam o Programa. O objetivo foi explorar a posição, por vezes ambígua, do Brasil – e dos modelos

técnicos por ele ofertados – diante deste programa de desenvolvimento, seja por meio de seus órgãos oficiais ou de movimentos sociais aqui situados. A discussão realizada se debruçou sobre documentos institucionais de promoção e de contraposição ao ProSAVANA, assim como por entrevistas com agentes-chave realizadas em Moçambique em dois momentos (fevereiro e março de 2017; fevereiro e março de 2018). Ao lembrarmos que esta reflexão é parte de uma pesquisa mais ampla, registramos que esta dialoga com os ESCT, estando alinhada ao pressuposto teórico-metodológico de que documentos (como relatórios e comunicados) e agentes humanos compõem igualmente a rede sociotécnica que produz e sustenta o ProSAVANA. Assim, sendo também responsáveis por circunscrever características de sociedade e natureza, estes artefatos produzem diferença na rede e, por conseguinte, no mundo.

Argumentamos aqui que, se o Programa é narrado como um momento de cooperação Sul-Sul, pensamos que também a recusa a ele produz algo neste sentido: com o conflito que o cerca, o ProSAVANA também catalisa parcerias Sul-Sul – entre movimentos sociais, entidades de classe, organizações não governamentais etc. Ou seja, do encontro de diferentes perspectivas não apenas surgem tensões, mas os atritos também permitem alianças e coligações inesperadas. É ainda interessante notar que a participação do Brasil no ProSAVANA, seja por meio do Estado ou de instituições “fora” dele, em geral envolve a transferência de técnicas e tecnologias – notadamente vinculadas ao agronegócio e/ou à agroecologia – as quais, por sua vez, estão atravessadas por disputas de outras ordens (conhecimento científico, políticas etc.). Isto é, junto com a transferência de tecnologia agrícola (e/ou da *expertise* que a possibilita), também estão em jogo relações de poder e disputas mais amplas. Isto porque, na esteira do que coloca a antropóloga britânica Marilyn Strathern (2007), um objeto técnico, como uma semente “melhorada” ou um biofertilizante, pode encerrar em si uma rede de relações heterogêneas: estes artefatos trazem consigo associações entre diferentes saberes, sujeitos e perspectivas de

mundo... Ou seja, artefatos técnicos reconstituem e reposicionam a discussão acerca de natureza e cultura, tensionando sua pressuposta separação promovida e reificada por uma ontologia naturalista (DESCOLA, 2005). Nas disputas que cercam o ProSAVANA, a experiência de campo nos permite acreditar que o que está em jogo não é apenas o modelo produtivo, mas a própria possibilidade de habitar o mundo de diferentes modos, o que passa necessariamente pelas relações estabelecidas com e junto à natureza e seus elementos, como é o caso da própria terra. Estas questões deverão ser mais discutidas e aprofundadas no trabalho de pesquisa em andamento.

Neste texto, optamos por observar o caso do ProSAVANA especialmente a partir dos sentidos que a técnica e a ideia de “transferência de tecnologia” por parte do Brasil são produzidos e circulam na rede que sustenta o Programa. Na primeira seção buscamos explicitar as facetas que “agronegócio” e “agroecologia” adquirem na trajetória brasileira recente; já os capítulos subsequentes exploraram a maneira como estes modelos produtivos-ideológicos são acionados no caso específico do ProSAVANA. A questão que se coloca, para efeito de consideração final, é que ambos – agronegócio e agroecologia, a partir das técnicas que lhes são próprias – estão também atravessados por disputas.

Retomando a proposição de Strathern (2007), os artefatos técnicos também podem carregar consigo/em si redes: o que pode acontecer, então, quando estas redes encapsuladas se encontram com diferentes agentes? Noutros termos, quais são as relações que estes artefatos estabelecem nas e pelas redes do ProSAVANA em Moçambique? Esta é uma questão a ser ainda melhor explorada em futuras reflexões, mas ao aceitarmos esta perspectiva de que se tratam de redes de relação em relação, é evidente que a cooperação tecnológica, no caso do ProSAVANA, não se trata meramente de uma transposição de “nossas contradições”, como disse aquele já citado interlocutor. Em primeiro lugar, porque isto, em nossa perspectiva, é impraticável: argumentá-lo teria como implicação lógica assumir que é possível

transferir/deslocar modelos de desenvolvimento, a despeito das inúmeras diferenças e distâncias (temporais, geográficas, socioculturais etc.). Em segundo lugar, e este ponto nos parece o mais interessante, é que, se a própria tecnologia contém relações em si, ao ser “transferida” estas se encontram em relação a outras relações já estabelecidas. Isto é, a agroecologia e agronegócio (e os objetos técnicos que lhes constituem, como tratores, caldas, sementes etc.), para além das tensões que carregam em si, “chegam” a Moçambique e se deparam com agentes distintos daqueles que os enunciam no Brasil, que as assumem e ressignificam – como ocorre, por exemplo, com o termo agronegócio, por parte do Estado moçambicano, e com agroecologia pelas entidades que oferecem resistência ao ProSAVANA. Assim, ao se encontrarem com interesses e mundos diferentes, forjam-se novas redes de relações e as próprias disputas passam a ser outras.

Referências

ABC. **Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique**. Ata da reunião realizada no dia 17 de setembro de 2009. (Documento interno). Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/17-set-2009-P1.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, v. 24, p. 499-520, 2003.

CABRAL, Lidia *et al.* Brazil’s agricultural politics in Africa: more food international and the disputed meanings of “family farming”. **World Development**, v. 81, p. 47-60, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15301492>>. Acesso em 15 fev. 2019.

CAMANA, Ângela. **Narrando “vazios”, produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165263>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CESARINO, Leticia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, jan./jun. p. 19-50, 2014.

CONFERÊNCIA TRIANGULAR DOS POVOS. **Declaração dos Povos**. Maputo (Moçambique), 2017. Disponível em: <<https://adecru.files.wordpress.com/2017/10/declarac3a7c3a3o-da-iii-conferc3aancia-triangular-dos-povos-2017.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Éditions Gallimard, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P. 381-400.

FUNADA-CLASSEN Sayaka. **Analysis of the discourse and background of the ProSavana Programme in Mozambique**: focusing on Japan role. Tokyo: Tokyo University of Foreign Studies, 2013.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

MANDAMULE, Uacitissa. Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique. **Observador Rural** (OMR), n.32, set. 2015. (Working paper). Disponível em: <<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-32/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. **Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique**. Esboço Versão 0. Mar. 2015. Maputo: MASA, 2015. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/09/1.Master_Plan_Draft_Zero_Main_Revisao1.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. **Constituição (2004)**. Constituição da República. Maputo, 2004.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, jan./jun., p. 87-115, 2014.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. ProSAVANA: discursos, práticas e realidades. **Observador Rural (OMR)**. n. 31, ago. 2015. (Working paper). Disponível em: <<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-31//>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MOSSE, David. **Cultivating Development**. The Anthropology of Police and Practice. London: Pluto Press, 2005.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

OAM (ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE) (Moçambique). **Comunicado de Imprensa**. Disponível em: <<http://www.oam.org.mz/wp-content/uploads/2018/09/Comunicado-de-imprensa.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ROSSI, Amanda. **Mocambique, o Brasil é aqui**: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SALAZAR PESSÔA, Vera Lúcia; INOCÊNCIO, Maria E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun. 2014.

SANTARELLI, Mariana. **Do cerrado brasileiro à savana moçambicana**: controvérsias da cooperação brasileira na promoção de uma nova Revolução Verde na África. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2016/06/D2016-Mariana-Santarelli.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul.-set. 2010.

SERRA, Carlos M.; CARRILHO, João. **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique**. Maputo: Escola Editora, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. In: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: UbuEditora, 2017. p. 259-285.

TANNER, Christopher. Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisivo? In: SERRA, Carlos M.; CARRILHO, João. **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique**. Maputo: Escola Editora, 2013. p. 129-150.

ZOOMERS, Annelies. Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 50. In: SERRA, Carlos M.; CARRILHO, João. **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique**. Maputo: Escola Editora, 2013. p. 13-50.